

*Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX**

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Durante o processo de institucionalização da Revolução Mexicana, a partir de 1910, diversos intelectuais se preocuparam com os elementos constitutivos da nação mexicana projetada. Com este propósito, o Estado Mexicano implementou uma política indigenista que sofreu diversas modificações durante o século XX. Neste trabalho analisamos alguns aspectos da história intelectual do indigenismo e os conceitos que o embasaram, abordando aspectos do pensamento de alguns formuladores da política indigenista mexicana. Apesar de todas as críticas contemporâneas ao indigenismo integracionista, suas teorias ainda reverberam em muitos espaços culturais e políticos e, por isso, nosso trabalho pretende discutir suas definições e propósitos.

Palavras-chave: Indigenismo; Identidade Nacional; México; Alfonso Caso.

Abstract: During the institutionalization process of the Mexican Revolution, since 1910, many intellectuals were concerned with the constitutional elements of the projected Mexican nation. For this purpose, the Mexican State implemented an indigenist policy that has undergone several changes during the twentieth century. In this article we analyze some aspects of the intellectual history of indigenism and its most important concepts, addressing aspects of the thinking of some makers of Mexican Indigenism policy. Despite all the contemporary criticism of the integrationist indigenism, its theories still reverberate in many cultural and political spaces and, therefore, our work aims to discuss their definitions and purposes.

Keywords: Indigenism; National Identity; Mexico; Alfonso Caso.

* Recebido em 07 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 15 de setembro de 2015.

** Prof. da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui pós-doutorado em História da América. E-mail: antonio.gil@ufes.br.

Diversos intelectuais se preocuparam com os elementos constitutivos da nação mexicana projetada durante o processo de institucionalização da Revolução Mexicana, a partir de 1910. Com este propósito, o Estado Mexicano implementou uma política indigenista que sofreu diversas modificações durante o século XX. Diversos professores, historiadores e antropólogos, empregados pelo aparato estatal e ligados ao indigenismo, sustentaram um projeto de unificação nacional em que qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional considerada como um todo homogêneo e orgânico.

A partir da Revolução Mexicana, é importante observar que a intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. O problema indígena passou a fazer parte das preocupações das políticas públicas governamentais, que se preocuparam em reformular o processo de construção de identidade nacional valorizando a mestiçagem e a aplicação das políticas indigenistas.

A multietnicidade era o fator central que impedia o progresso, segundo a visão dos intelectuais indigenistas e, portanto, a mestiçagem era essencial para criar uma nação “integrada” e “homogênea”, fazendo a tão almejada “mexicanização” do indígena e sua integração à comunidade mestiça. Estamos falando aqui do nacionalismo integracionista. Para os intelectuais a serviço das camadas dominantes no processo revolucionário, os povos indígenas obstaculizavam a realização do projeto modernizador (SÁNCHEZ, 1999, p. 28).

Dentre diversos intelectuais indigenistas, destacamos a atuação e a obra de Alfonso Caso (1896-1970). Ele teve um papel importantíssimo na institucionalização das políticas públicas indigenistas. Enquanto estudante da Escola Nacional Preparatória de San Ildefonso participou do *Ateneo de la Juventud* que reuniu jovens com inquietudes acadêmicas e artísticas (BROCKMANN, 2013, p. 647). Uma das grandes influências na formação de Alfonso caso foi Manuel Gamio, fundador da escola mexicana de antropologia. Gamio foi um dos intelectuais mais proeminentes na formulação da política indigenista mexicana e chegou a afirmar que a construção da Nação era mais importante que a preservação de uma coleção

de culturas anacrônicas. Ao definir as características que configurariam a nação, as ações requeridas para sua constituição ou fortalecimento seriam as seguintes: a mestiçagem dos grupos étnicos heterogêneos; a melhoria das comunicações e dos acessos a regiões isoladas; a *castellanización*, ou seja, a universalização da língua espanhola; a evolução cultural na ciência, arte, religião; e a diminuição da distância, através do consumo e da renda, entre a elite e a massa despossuída. Segundo Laura Giraudó (2008, p. 15) Gamio se preocupava com a diminuição da distância evolutiva que separava os indígenas da época contemporânea. Durante a administração de José Vasconcelos na Secretaria de Educação Pública (1920-1924), as tendências de incorporação social dominaram a arena política e houve uma preocupação maior na imposição dos elementos culturais europeus.

O indigenismo não foi uma política homogênea, pelo contrário, houve diversas variações. Estava em constante transformação. Se nos anos de 1920 os objetivos assimilacionistas predominavam, nos anos de 1930, surgiu um interessante pluralismo com a valorização das culturas indígenas e dos próprios atores políticos índios. Nos anos de 1930, os comunistas e lombardistas, seguidores das ideias de Vicente Lombardo Toledano,¹ foram críticos das teses assimilacionistas e integracionistas. Estas duas correntes abandonaram estes posicionamentos críticos a partir do início da década de 1940.

Moisés Sáenz passou a criticar, nos anos de 1930, as políticas de incorporação, considerando-as ineficazes e defendeu a “integração sociocultural” dos indígenas. Os defensores do integracionismo pregavam uma política planejada de integração que levasse em conta os elementos culturais de cada comunidade ou região. Ou seja, o processo de homogeneização deveria ser realizado levando em conta, a partir de dados antropológicos, a realidade vivida por cada região. As comunidades envolvidas deveriam ser integradas levando em consideração suas características étnicas específicas.

¹ Vicente Lombardo Toledano foi presidente da Comissão de Educação da Confederación Regional Obrera Mexicana - CROM em 1924 e escreveu o livro *El problema del índio em que adotou a tese stalinista das nacionalidades oprimidas* (SÁNCHEZ, 1999, p. 36).

Também nos anos de 1930, no México, houve a conjugação de duas forças políticas importantes, o integracionismo e o nacionalismo. Como já destacamos, o integracionismo criticou o discurso de incorporação dominante nos anos de 1920 e encontrou apoio no governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). O nacionalismo cardenista incentivou o integracionismo e apoiou a criação do Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas sob a batuta de Moisés Sáenz.

Alfonso Caso teve atuação marcante, neste período, como arqueólogo e também como jurista. Em 1931 foi encarregado da direção do projeto Monte Albán. Este projeto e os trabalhos que produziu a partir das pesquisas ali realizadas até 1943, lhe deram reconhecimento acadêmico nacional e internacional (BROCKMANN, 2013, p. 655). Em 1933 foi nomeado chefe do Departamento de Arqueologia, História e Etnografia, cargo que não ocupou por muito tempo, visto que assumiu, em 1934, a direção do Museu Nacional. Seu prestígio naquele momento o tornava um dos intelectuais mais respeitados em relação às questões do indigenismo.

A política de integração desenhada pelo Estado desde a Revolução Mexicana foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal. Em 1917 tinha sido criada a Direção de Antropologia subordinada à Secretaria de Agricultura e Fomento. A Casa do Estudante Indígena foi criada em 1926. O Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas (DAAI) em 1936. Em 1937, Alfonso Caso protagonizou a fundação do Departamento de Antropologia (DA), ligado ao Instituto Politécnico Nacional (IPN) (CASAS MENDONZA, 2005, p. 191). Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH). Em 1942, o Departamento de Antropologia deixou o IPN e se transferiu para o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), com o apoio decisivo de Alfonso Caso que era o seu diretor (CASAS MENDONZA, 2005, p. 192-193). O resultado dessa mudança foi a criação da Escola Nacional de Antropologia (ENA) que, em 1946, transformou-se na Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH), sendo Alfonso Caso o principal encarregado de suas políticas educativas. Todas essas instituições dedicaram-se a construir uma

história e antropologia voltadas para a aplicação da política indigenista oficial que privilegiava a mestiçagem como elemento definidor da história do México.

A incorporação, proposta pelas políticas oficiais valorizadoras da mestiçagem, manteve o caráter elitista implementado desde a independência. Se a cidadania era ampliada, a inclusão só poderia ser feita se houvesse o abandono da identidade indígena e a adoção dos valores culturais ocidentais. A valorização instrumental da mestiçagem definiu um padrão de “normalidade”, baseado na cultura, nos valores e nas práticas corporais ocidentais que buscou impor numa população considerada “anormal” e inclusive “degenerada” (NAVARRETE, 2007, p. 27). A ideia de mestiçagem operacionalizada pela política indigenista interpretava este processo de mudança cultural como resultado da mistura de duas culturas, uma superior, a branca, e uma inferior, a indígena, que tinha criado uma terceira, a mestiça. O México unificado, portanto, brotaria da mestiçagem: da fusão racial e da unificação cultural, linguística e econômica da sociedade (SÁNCHEZ, 1999, p. 29). Cabe destacar que, ao contrário dos teóricos racialistas e deterministas que consideravam as misturas como processos degenerativos, os teóricos indigenistas defenderam a positividade da mescla visto que a mistura geraria algo muito melhor do que os indígenas, que demograficamente eram um elemento que não poderia ser negligenciado. As políticas públicas implementadas combinaram, portanto, uma tolerância racial com um férreo exclusivismo cultural (NAVARRETE, 2007, p. 25). O processo de mestiçagem no México partiu de uma perspectiva em que os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade.

Como intelectual e homem público, Alfonso Caso publicou diversos livros importantes. Seus escritos e atuação foram fundamentais para a transformação e fortalecimento do indigenismo mexicano profundamente ligado aos mecanismos de construção da unidade nacional. A partir dos seus textos publicados, dentre os quais destacamos suas conferências sobre o indigenismo, textos essenciais para entender o seu pensamento e suas propostas, analisaremos algumas das ideias basilares do principal coordenador da política indigenista no período de 1949 a 1970.

Em seu curso no Colégio Nacional em 1956, Alfonso Caso ministrou uma série de conferências sobre o indigenismo. O autor justificou o tema do curso naquele ano a partir de um “sentimento da necessidade de justiça”, evocando a responsabilidade dos mexicanos em relação ao problema indígena que, segundo ele, naquele momento, se referia a mais de um décimo da população do México e era “um dos mais urgentes e mais importantes problemas nacionais” (CASO, 1989, p. 141).

O autor frisa que se deve transformar a cultura de uma comunidade indígena, mas faz questão de alertar que devemos entender esta expressão num sentido antropológico, visto que o objetivo é uma transformação integral da comunidade, a partir de uma aculturação dirigida ou planificada. Alfonso Caso deixa claro que a política indigenista que propõe não pretende ser uma aculturação dirigida para o proveito de quem leva as mudanças, que para ele representaria a manutenção de uma atitude colonial. Pelo contrário, para ele, a segunda forma de se transformar as comunidades indígenas, seria levar as técnicas, instrumentos e ideias àquelas “populações atrasadas” para proveito daquelas mesmas populações. Ou seja, propõe que sejam levados os elementos de uma “cultura superior” para seu proveito e “elevação do nível das próprias populações indígenas”. Este tipo de aculturação, para Alfonso Caso, pode ser chamado de indigenismo. (CASO, 1989, p. 145).

Alfonso Caso também esclarece que seu objeto de investigação não era o índio. Ele diz o seguinte:

a nosotros no nos interesa definir al indio por su raza, en realidad no nos interesa definir al indio, lo que nos interesa es otra cosa, definir la comunidad indígena. [...] Si un indio sale de su comunidad, aprende español, aprende a leer y a escribir y se emplea de obrero en una fábrica [...] ese ha dejado de ser indio, es un mexicano. [...] En México la discriminación racial no existe, existe la discriminación cultural [...] entonces a nosotros no nos interesa realmente quien es el individuo indio y quien nos es un individuo indio. Lo que nos interesa es definir la comunidad indígena, porque la comunidad indígena va a ser el sujeto del indigenismo [...] (CASO, 1989, p. 146).

Vemos aqui sua preocupação em fazer com que os indígenas se sintam pertencentes a uma comunidade mais vasta, o México. O objetivo das políticas indigenistas, durante muito tempo, foi fazer com que as políticas públicas de desenvolvimento rompessem com o atraso e o isolamento das comunidades indígenas. Para isso, era preciso aplicar políticas amplas, “íntegrais” como se dizia em meados dos anos de 1950. O discurso indigenista, como vemos, é profundamente marcado por uma visão da superioridade do modelo ocidental. Ao mesmo tempo, o autor diz que as medidas não são impostas, e que devem ser respeitados os aspectos positivos da cultura da comunidade que definem sua “personalidade característica” (CASO, 1989, p. 154).

Alfonso Caso traça em suas conferências o processo de concentração de terras durante o período colonial até às vésperas da Revolução Mexicana de 1910 e mostra, desde a *encomienda* até à *hacienda*, como foi sendo construído o regime de trabalho que obrigava os índios a trabalhar nas terras dos espanhóis e *criollos*. Neste processo, o autor destaca o processo de miscigenação e afirma:

El negro se disolvió de la población, como se disolvió el español, como se disolvió el indio, ¿qué quedó de ellos? Nada, el mexicano, quedó el mexicano, es decir esta mezcla, esta combinación de todo que formamos nosotros los mexicanos (CASO, 1989, p. 173).

O discurso indigenista é profundamente ideológico pois tenta negar o que de fato faz. Para o autor, não havia no México problemas raciais, na medida em que se forjava uma nova cultura, a cultura mexicana e as práticas indigenistas não seriam atos colonialistas pois estariam preocupadas em desenvolver as comunidades em benefício delas mesmas. Contudo, sabemos que o México era profundamente marcado pelo racismo em suas relações com as comunidades indígenas e as políticas indigenistas estavam a serviço dos interesses políticos e econômicos do Estado que, na maioria das vezes, pouco respeitava a cultura, os interesses e os anseios das próprias comunidades.

Durante o processo de avanço das reformas liberais no México, no decorrer da segunda metade do século XIX, diversas comunidades indígenas

foram expulsas de suas terras nos vales férteis, e os indígenas que não foram atraídos para o trabalho como peões nas *haciendas*, se deslocaram para regiões inóspitas, nos desertos ou nas montanhas, lugares que não eram muito propícios para a agricultura. O problema indígena, segundo o autor, estava relacionado com este deslocamento. O processo geral de mestiçagem do México não teria chegado a estes indígenas (CASO, 1989, p. 175).

Alfonso Caso, em seu curso, descreveu o processo de concentração fundiária durante o porfiriato e as transformações que ocorreram no processo da Revolução Mexicana. O autor relatou as conquistas camponesas a partir do decreto de 6/1/1915 que fixou um novo regime agrário, que mais tarde foi sancionado pelo artigo 27 da Constituição de 1917 e pela lei que regulamentou este artigo, o Código Agrário. Estes mecanismos legais reconstituíram legalmente o direito à propriedade coletiva da terra. O autor ressaltava que o indígena foi o menos favorecido no processo subsequente de reforma agrária, isto porque os indígenas estavam concentrados em lugares onde não existiam grandes latifúndios (CASO, 1989, p. 181). Segundo os dados do censo de 1940, podia se constatar o seguinte: 280.000 monolíngues tinham recebido terras em ejidos; 512.000 monolíngues tinham recebido terras individuais (pequenas propriedades), ou seja, os que tinham terras comunais ou individuais eram, no total, 792.000 indígenas monolíngues. Acontece que, de acordo com este censo de 1940, o México tinha 1.423.000 indígenas monolíngues, ou seja, 45% destes indígenas (631.000) não tinham terras (CASO, 1989, p. 181). Alfonso Caso afirma então que para resolver uma parte do problema indígena era preciso pensar em mecanismos para aumentar a distribuição de terras para os indígenas e dotá-los de condições para desenvolver a exploração agrícola e extrativa, no caso de bosques e florestas. Para isso, era preciso melhorar as comunicações, os sistemas de financiamento e as técnicas de exploração.

Ao discutir a questão das melhores condições para o desenvolvimento das comunidades, Alfonso Caso retorna ao problema da aculturação. Para ele, as mudanças de hábitos, as formas mágicas de pensar na comunidade, as “formas arcaicas e nocivas da cultura indígena” só poderiam ser transformadas a partir de um processo de modificação cultural de toda a comunidade. Não seria possível mudar a economia se não houvesse a

modificação da cultura, com a introdução de “novas formas de cultura mais úteis dentro da vida moderna do México” (CASO, 1989, p. 183).

Alfonso Caso se pergunta:

¿Por qué el indígena no siguió el ritmo del progreso?
¿Por qué no siguió los mismos lineamientos del avance
progresivo do México? ¿Por qué el indígena se quedó
aislado? [...] Porque no llegaron hasta él los beneficios
de una cultura que iba abarcando a todo el país;
porque no llegaron a él los caminos, ni llegaron a él
los periódicos, ni llegaron las clínicas, ni los médicos;
porque no llegó siquiera el español y siguieron hablando
en sus lenguas indígenas.

Ao falar em tom de lamento que a língua espanhola não chegou às comunidades que, portanto, continuavam falando suas línguas indígenas, o autor ressalta que não tinha uma visão negativa da língua indígena, mas como a maioria da população falava espanhol era preciso levar esta língua, a língua nacional, aos grupos indígenas. Levar a língua espanhola seria o primeiro passo para romper o isolamento. Ou seja, as comunidades poderiam seguir falando suas línguas indígenas, mas deveriam também a passar a falar espanhol, porque, para ele, o espanhol era a base, a língua da nacionalidade mexicana (CASO, 1989, p. 184).

Para Alfonso Caso, o problema indígena era “fundamentalmente um problema de cultura atrasada em relação com as demais comunidades não indígenas do país” (CASO, 1989, p. 185). Na visão da antropologia aplicada, a cultura é um “todo integral” e não se podia resolver o problema indígena sem que houvesse uma aculturação que tratasse de todos os aspectos desta cultura e os aspectos concomitantes a esta cultura. Ao analisar as comunidades indígenas que considerava em atraso, o autor percebia que as comunidades indígenas eram uma célula dentro de um organismo que ele chamava de regional, um organismo que tem como centro diretor a metrópole mestiça. O problema é que esta metrópole mestiça era também, de maneira geral, uma comunidade atrasada do ponto de vista cultural e vivia da exploração destas comunidades indígenas (CASO, 1989, p. 186). Ou seja, os mecanismos de exploração eram tão arraigados que quase não

era necessário mudar os métodos de exploração que, muitas vezes, seguiam os mesmos moldes do período colonial. Para que isto mudasse, seria preciso que toda a região se modernizasse, visto que o problema não era somente das comunidades indígenas, mas sim de toda a região que era controlada pela metrópole mestiça.

Vemos, portanto, que a antropologia aplicada, liderada por Alfonso Caso, diretor do Instituto Nacional Indigenista, diagnosticava o problema do atraso não como um problema de raça, um problema individual ou de uma simples comunidade, mas sim como um problema regional, um problema da zona em que vivem estas comunidades indígenas. Esta visão do problema condicionava o conjunto de políticas públicas propostas para tentar resolver o “problema indígena”. Alfonso Caso alertava também que não adiantava chegar até às comunidades e impor novas políticas, métodos e procedimentos se não houvesse uma estratégia para mudar a mentalidade indígena. Citando, como exemplo, o problema da saúde, Alfonso Caso diz que dotar a comunidade de médicos e remédios não resolvia o problema se não fosse mudado o conceito indígena de enfermidade e os modos de atacá-la. Isto porque era preciso entender o universo mágico indígena, visto que, nas comunidades indígenas, as doenças obedeciam a uma influência, uma “razão mágica”. As concepções mágicas da comunidade também foram influenciadas pelas concepções mágicas da cultura ocidental trazidas pelos conquistadores desde o século XVI, formando agora uma mescla indissolúvel de concepções mágicas ocidentais e índias (CASO, 1989, p. 188). Se a ação dos médicos na comunidade fosse impositiva, e tratasse os índios como ignorantes, o que teríamos é que os indígenas, acostumados há vários séculos a dizer “sim”, assumiriam uma posição de concordância aparente, mas somente fariam o que acreditassem e o que quisessem, porque esta tem sido uma das formas de resistência destes indígenas desde o início da colonização. Seria preciso então que as crenças indígenas sobre a origem das doenças fossem modificadas e, para isso, era preciso adquirir a confiança da população indígena. Para adquirir sua confiança, diz Alfonso Caso, necessita-se entendê-la (CASO, 1989, p. 190).

Para Alfonso Caso, um dos pilares deste processo de aculturação da comunidade é a educação. Era preciso transformar a educação da comunidade

indígena para que houvesse a assimilação da cultura geral do México e sua consequente transformação. Em 1922 foram fundadas as Escolas Rurais que tinham como objetivo levar uma educação geral aos trabalhadores do campo. Não era um projeto voltado para as comunidades indígenas, mas sim para todas as comunidades camponesas. Os objetivos eram ousados, visto que estavam voltados para a transformação da comunidade como um todo. A base deste projeto era o professor rural. Alfonso Caso, antes de apontar as deficiências deste projeto, faz questão de ressaltar o papel e as obras da imensa maioria destes professores que muitas vezes, em razão do projeto, tiveram atitudes de renúncia e abnegação. O problema é que os professores rurais, devido à urgência do projeto, eram empregados, muitas vezes, sem a qualificação necessária visto que muitos deles ainda não tinham terminado a educação primária. Eles teriam que ser não somente alfabetizadores, e instrutores nas artes da leitura, escrita e aritmética, mas também agentes de mudanças em diversas áreas com técnicas de intervenção inclusive teatrais. Ora, as ideias eram excelentes, mas era impossível que todos os professores rurais fossem capazes de fazer tanto. Isto ainda era mais difícil nas comunidades indígenas, pois lá, o professor rural teria que ser um conhecedor de uma outra cultura. Para isso o professor deveria ser bilíngue, e a maioria dos professores destas comunidades não o eram. Como vemos, o projeto da escola rural não tinha condições de prosperar nas comunidades indígenas, na medida em que as crianças indígenas tinham muitas dificuldades pois não conseguiam entender o professor. Além disto, geralmente os professores não tinham condições de exercer suas atividades porque desconheciam a cultura da comunidade em que estavam inseridos (CASO, 1989, p. 194-195).

Como vemos, os resultados das escolas rurais nas comunidades indígenas foram muito limitados. Para tentar modificar um pouco este panorama, sabendo das dificuldades do professor rural que não podia dar conta de tantas vertentes de trabalho, o governo instituiu um organismo que chamou de Missão Cultural. As missões culturais eram formadas por vários professores e técnicos em diversas matérias que formavam uma equipe que ia trabalhar numa comunidade por um certo período de tempo. Esta estrutura era muito cara, naquele momento muito difícil da

economia mexicana e, portanto, esta experiência não teve condições de ser generalizada e sua atuação foi limitada em termos geográficos e temporais. Faltava, portanto, uma continuidade de ações nas comunidades que assegurasse a permanência das novas técnicas e ensinamentos. Contudo, o importante a frisar aqui era a consciência governamental das limitações do projeto das escolas rurais e de que a missão cultural era, de fato, um caminho mais eficaz e veículo importante para se fazer uma ação integral. Em relação às comunidades indígenas, a ação das missões culturais foi mais limitada visto que faltava um estudo prévio das comunidades indígenas. Muitas vezes, faltava também o conhecimento das línguas indígenas. Isto dificultava muitíssimo a ação destas missões culturais.

O governo ciente da precária instrução dos professores, montou um sistema de escolas normais para a preparação dos professores rurais, criando inclusive a escola normal rural por correspondência (CASO, 1989, p. 196). Em relação às comunidades indígenas foram criados a Casa do Estudante Indígena e os Internatos Indígenas com o objetivo de preparar professores para as escolas rurais indígenas. Indígenas de diversas comunidades foram levados para morar na Casa do Estudante Indígena para que fossem preparados para atuar como professores em suas comunidades. Alfonso Caso reconheceu que o projeto não alcançou o sucesso esperado visto que o processo educativo aplicado desarraigava o indígena de suas comunidades de origem. Depois de alguns anos de estudo, muitos dos que regressavam às suas comunidades não se adaptavam mais pois já estavam acostumados ao tipo de vida das cidades. Muitos deles optaram por permanecer nas cidades atuando como artesãos ou empregados em trabalhos pouco qualificados. Alfonso Caso fez questão de afirmar que o projeto não fracassou totalmente pois alguns regressaram e foram muito importantes no processo de aculturação planejada. Contudo, o número dos que regressaram não foi o planejado e ficou muito aquém das necessidades.

Ao olhar de maneira retrospectiva as experiências educativas pós-revolucionárias no México, Alfonso Caso ressalta os resultados positivos, mas lamenta que muitas das políticas intentadas no período não lograram os objetivos esperados, principalmente quando tentaram implementar modelos únicos, com os mesmos programas e procedimentos. Como todos

os projetos desenvolvimentistas da época, o objetivo era o fortalecimento da “unidade nacional”, mas, para Alfonso Caso, o melhor modo de alcançar este objetivo não era com a escola única (CASO, 1989, p. 197).

Há uma mudança significativa nas políticas em relação aos indígenas em meados da década de 1930 quando foi criado o Departamento de Assuntos Indígenas partindo do pressuposto de que o problema indígena deveria ter um tratamento especial e uma agência governamental específica. Esta postura tinha muitos opositores que consideravam que a construção de políticas específicas para indígenas seria uma forma de discriminação e de construir um sentimento de diferença no seio da nação. Para este grupo, contrário às políticas específicas voltadas para os indígenas, todos eram mexicanos, e a constituição mexicana definia que todos os indígenas eram cidadãos mexicanos com os mesmos direitos e as mesmas obrigações e, portanto, por que chamá-los de indígenas? Por que não tratá-los como mexicanos? Criticavam a suposta racialização do país pois afirmavam que seguindo esta lógica também deveriam ser criados o Departamento de Assuntos Negros, Mulatos e Brancos (CASO, 1989, p. 200). Estes posicionamentos surgem porque estes grupos radicalmente liberais não admitem que é preciso fazer políticas compensatórias, pois os grupos indígenas, de fato, ainda não tinham se tornado mexicanos. Os indígenas continuavam sendo indígenas, a proteção da constituição era somente um jogo de retórica e, na prática, estavam profundamente desprotegidos, sofrendo todo tipo de exploração e, portanto, não tinham os mesmos direitos dos mexicanos em geral.

Interessante ressaltar esta discussão no México dos anos de 1930, discussão que de certa maneira encontramos no Brasil bem mais recentemente a partir da construção das políticas afirmativas em relação aos negros e indígenas brasileiros.

Alfonso Caso nos fala sobre as dificuldades de ação do Departamento de Assuntos Indígenas. Os demais ministérios passaram a deixar de cuidar dos problemas indígenas pois, segundo eles, dentro da estrutura governamental havia um departamento para cuidar destes problemas específicos. Contudo, o orçamento do Departamento era muito reduzido para cuidar das demandas de uma população indígena estimada na época em

aproximadamente 4 milhões de indígenas. Uma das ações mais importantes realizadas pelo Departamento, naquele momento, foi o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano que se reuniu em Pátzcuaro, em 1940, com a presença da maior parte dos países americanos. Um dos resultados mais importantes foi a criação do Instituto Indigenista Interamericano com sede no México. Foram muito importantes as resoluções deste congresso que definiram uma série de recomendações para a aplicação de políticas públicas voltadas para os indígenas. Neste contexto, foi fortalecida a ideia de que o problema indígena não era um problema racial, mas sim cultural e que as políticas a serem implementadas deveriam ser direcionadas para a elevação social e cultural das comunidades indígenas.

A criação do Instituto Indigenista Interamericano foi aprovada através de uma Convenção que foi assinada pela maioria dos países que tinham problemas de população indígena (CASO, 1989, p. 201). Nesta Convenção, os países signatários também se comprometiam a criar em seus países, um Instituto Nacional Indigenista. Houve dois tipos de institutos, segundo Alfonso Caso. Em alguns países, foi somente uma instituição que reuniu pesquisadores sem nenhum poder de ação, em outros, foi uma instituição formada exclusivamente por funcionários de governo, sem funções de pesquisa e voltada para uma ação prática. No México, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán, foi aprovada, em 1948, a lei que criava o Instituto Nacional Indigenista – INI, hoje Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México.² Sua estrutura foi concebida como uma estrutura com personalidade jurídica própria que teria funções de pesquisa e de ação prática (CASO, 1989, p. 201-202). Alfonso Caso tornou-se seu diretor, permanecendo no cargo até 1970.

Para não repetir os problemas vivenciados pelo Departamento de Assuntos Indígenas, estrutura que foi extinta em 1946, o Instituto Nacional Indigenista tinha representantes dos principais ministérios envolvidos e

² Em 21 de maio de 2003, foi publicado, no Diário Oficial da Federação, o decreto que expediu a Lei de criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México e que anulou a lei de criação do Instituto Nacional Indigenista. O decreto entrou em vigor em 5 de julho de 2003.

assumia a função de coordenação das ações destes ministérios em relação às comunidades e populações indígenas (CASO, 1989, p. 204).

No início dos anos de 1950, o Instituto Nacional Indigenista (INI) mexicano atuou na formação e preparação de técnicos especializados em diversos níveis. Tendo em vista as limitações orçamentárias para ações abrangentes e efetivas de transformação integral das comunidades indígenas, o Instituto Nacional Indigenista (INI) concentrou sua ação em algumas regiões, sob a forma de projetos pilotos experimentais em pontos selecionados a partir de estudos prévios feitos por antropólogos, publicados pelo INI. Para realizar suas ações específicas e coordenar as ações dos demais ministérios governamentais em relação às comunidades indígenas escolhidas foram criados os Centros Coordenadores Indigenistas, cujo próprio nome deixa esta função bem clara. O primeiro centro experimental se criou em Chiapas, na cidade de San Cristóbal de Las Casas. A sede do Centro Coordenador tinha que ser na “metrópole mestiça” visto que a concepção da antropologia aplicada naquele período, como já afirmamos, considerava a cidade mestiça o lugar mais estratégico para o desenvolvimento integral da região indígena, podendo o Centro Coordenador ter uma maior e mais ampla ação não somente numa comunidade indígena, mas em todas as comunidades indígenas da região.

O Centro Coordenador Indigenista de Chiapas, o primeiro projeto piloto, criado em 1951, tinha a seguinte estrutura: um diretor, que é um antropólogo, que assume nesta nova fase do indigenismo um papel importantíssimo; um administrador, com conhecimentos contábeis para administrar os recursos; uma direção de transportes; uma direção de promoção econômica; uma direção de saúde; uma direção de educação e os promotores. Segundo Alfonso Caso, os promotores eram sempre indígenas bilíngues que eram treinados no Centro Coordenador, dando-lhes os conhecimentos necessários para que fossem professores, ou auxiliares dos médicos e dos agrônomos. Sua função era promover a mudança social na comunidade. Os primeiros promotores não foram preparados pelos Centros Coordenadores, visto que foram recrutados entre os indígenas que já falavam o espanhol, possuíam 3 ou 4 anos de educação primária e já tinham contato com a cultura mexicana, pelo menos com os seus

fundamentos. A maioria, que foi recrutada, já tinha sido preparada pelos Internatos Indígenas (CASO, 1989, p. 209). Os Centros Coordenadores se expandiram de uma forma bem rápida. Em 1956 há havia cinco Centros Coordenadores e mais dois estavam prestes a ser criados naquele ano (CASO, 1989, p. 214).

Qual era a preocupação governamental em meados do século XX, auge do nacionalismo desenvolvimentista? Construir a unidade nacional. Isto fica claro quando Alfonso Caso relata sua visita a uma modesta escola nas montanhas de Chiapas. Na escola, o promotor, vestido com suas roupas indígenas, tem uma turma com aproximadamente 30 alunos. Alfonso Caso pergunta se eles já sabem cantar o Hino Nacional. O promotor responde afirmativamente e os alunos, que estão aprendendo a ler e a escrever, que estão aprendendo o espanhol, se levantam e começam a cantar o Hino Nacional. Alfonso Caso ressalta a importância do projeto para que as comunidades indígenas vejam que não estão sós, que fazem parte de algo mais vasto e maior – a pátria - que está disposta a ajudá-los (CASO, 1989, p. 210).

As práticas dos Centros Coordenadores Indigenistas partem do pressuposto de que as culturas das comunidades indígenas tinham que ser modificadas, dando-lhes a única cultura possível naquele momento, a cultura nacional mexicana. O método a ser aplicado deveria ser o do convencimento. Para Alfonso Caso uma educação que fosse feita através de proibições, ordens e perseguições seria fruto da permanência de uma atitude colonialista. Por isso, as ações a serem tomadas deveriam ser pautadas no convite, na demonstração e na educação não impositiva. Seria isto possível? O discurso do indigenismo é bastante contraditório neste ponto, visto que aparentemente o indígena não deveria ser visto como um menor de idade a ser tutelado, nem tampouco um escravo e que, portanto, teria livre arbítrio para escolher o melhor caminho. Mas o caminho era naquele momento de mão única, pois era considerado um homem que tinha “uma cultura atrasada” (CASO, 1989, p. 205). Para os articuladores do indigenismo se tratava de acabar com a miséria e com “uma cultura que não está de acordo com a vida moderna do país” (CASO, 1989, p. 213). Restaria alguns elementos positivos na cultura indígena que poderiam permanecer, os elementos ligados à produção de objetos de arte popular,

por exemplo, ou o sentimento de comunidade e de solidariedade social existentes na comunidade.

Resta saber se a cultura moderna ocidental, representada aqui pela cultura nacional mexicana, seria a melhor das culturas possíveis. Para Alfonso Caso, isto é um problema de foro pessoal. Ele acredita, como diretor do INI, como antropólogo e intelectual engajado nas políticas públicas indigenistas em meados do século XX, que estava fazendo o melhor possível (CASO, 1989, p. 214). O projeto dos Centros Coordenadores partira do pressuposto de que estavam levando uma vida melhor aos indígenas, ou seja, a melhoria de sua cultura e a melhoria de suas formas de utilizar os recursos e os meios de que podiam dispor. (CASO, 1989, p. 213).

Não discutiremos aqui os desdobramentos da política indigenista no final dos anos de 1960 e nos anos de 1970. Sabemos que a partir da interação com os intelectuais da antropologia crítica, a política indigenista foi profundamente criticada. A crise política derivada do massacre de Tlatelolco e a falta de legitimidade social de alguns programas indigenistas levaram o presidente mexicano Luis Echeverría a substituir Alfonso Caso por Gonzálo Aguirre Beltrán na direção do INI em 1970 (BROCKMANN, 2013, p. 671). Logo depois, como reconhecimento pelo seu trabalho, ele recebeu o primeiro prêmio Fray Bernardino de Sahagún, mas naquele mesmo ano de 1970, uma crise de saúde causou a sua morte, aos 74 anos (BROCKMANN, 2013, p. 674).

Como podemos perceber, o indigenismo não estava destinado a procurar a atenção e o melhoramento do indígena como sua finalidade última, mas sim alcançar uma meta muito mais valiosa para os indigenistas: o avanço e o êxito da integração e desenvolvimento nacionais, sob normas de justiça social, em que o índio e o não índio fossem considerados cidadãos livres e iguais. A política indigenista se opunha aos resquícios coloniais de exclusão e dominação numa perspectiva que poderíamos aproximar com o pensamento liberal. A política indigenista do Estado mexicano se posicionou retoricamente como um discurso de respeito e valorização das culturas indígenas e de oposição à supressão e eliminação destas culturas, contudo as instituições responsáveis pela política indigenista promoveram ações e pesquisas etno-históricas visando à estruturação dos mais eficazes mecanismos de aculturação, posicionando-se contrariamente

à heterogeneidade cultural que impediria o processo de construção de identidade e unidade nacionais.

Salientando, mais uma vez, os objetivos principais da política indigenista, podemos destacar o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões que reforçaria a cultura mestiça. A mestiçagem, como elemento da nacionalidade, forçou um processo intensivo de integração. As diversas políticas do Estado mexicano só poderiam privilegiar ações que valorizassem o sentimento de pertencimento à nação, à identidade nacional mexicana. Quaisquer valorizações de identidades locais ou sentimentos de pertencimento às comunidades locais eram vistas com muitas reservas. Isto gerou muitas críticas e questionamentos, uma vez que a política indigenista oficial não via com bons olhos qualquer iniciativa que pregasse a autonomia das culturas indígenas. Para o indigenismo oficial, qualquer política de valorização das identidades étnicas indígenas poderia reproduzir a exclusão e as relações de assimetria.

As ações indigenistas foram ligadas, portanto, às ideias de mudança cultural para a integração à “grande comunidade nacional”. Sem dúvida, isto ocorreu, a partir da revolução mexicana e se desenvolveu no decorrer dos anos em que prevaleceu a conjuntura nacional desenvolvimentista. Apesar de todas as críticas contemporâneas ao indigenismo integracionista, suas teorias ainda reverberam em muitos espaços culturais e políticos. Podemos considerar, a título de conclusão, que as mudanças ocorridas na teoria indigenista, desenvolvidas e implementadas por Alfonso Caso, fizeram do indigenismo uma força poderosíssima que ainda apresenta resquícios até o presente.

Referências

- BASAVE BENÍTEZ, Agustín F. *México Mestizo: Análisis del Nacionalismo Mexicano en torno a la Mestizofilia* de Andrés Molina Enríquez. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BROCKMANN, Carlos. *Alfonso Caso, el indigenismo y la política cultural*. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Biblioteca Jurídica

- Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídica de la UNAM, 2013, p. 645-674. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- CASAS MENDOZA, C. A. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CASO, Alfonso. *De la arqueología a la antropología*. Curso sobre Indigenismo. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.
- _____. *Indigenismo*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1958.
- COMAS, Juan. Manuel Gamio en la antropología mexicana. In: MEDINA, A.; GARCÍA MORA, C. (Ed.). *La quiebra política de la antropología social en México (Antología de una polémica)*. I. *La impugnación*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.
- DAWSON, A. S. From models for the nation to model citizens: indigenismo and the “revindication” of the Mexican Indian, 1920-40. *Journal of Latin American Studies*, v. 30, n. 2, p. 279–308, 1998.
- GAMIO, Manuel. *Forjando Patria*. 3. ed. México: Editorial Porrúa, 1982 [1916].
- GIRAUDO, Laura. *Anular las distancias: los gobiernos posrevolucionarios en México y la transformación cultural de indios y campesinos*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.
- KNIGHT, A. Racism, revolution and indigenismo: Mexico, 1910-1940. In: GRAHAM, Richard (Ed.). *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. 3. ed. Austin, Tx: University of Texas Press, 1994, p. 71-113.
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México*. Ciclo de Conferências Justicia, desigualdad y exclusión en México. Una reflexión sobre la discriminación. Faculdade de Filosofia e Letras, UNAM, 2007.
- NAVARRETE, F. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- SÁNCHEZ, Consuelo. *Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.